



Avaliação da Internacionalização na Educação Superior: Uma Análise da Contribuição da Agência de Cooperação Internacional da UFPB para o Alcance do ODS 17

Área Temática: Contabilidade e Desenvolvimento Sustentável - CDS

Iris Barbosa Monteiro

Universidade Federal da Paraíba (UFPB/GHEC)
iris.barbosa@academico.ufpb.br

José Jassuipe da Silva Morais

Universidade Federal da Paraíba (UFPB/GHEC)
jassuipe@hotmail.com

Francielly Ferreira de Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB/GHEC)
francielly.lima3@academico.ufpb.br

Maria Deuceny da Silva Lopes Bravo Pinheiro

Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB/GHEC)
deuceny@yahoo.com.br

Resumo

A internacionalização da educação superior tem se consolidado como estratégia para o fortalecimento institucional, científico e social das universidades públicas. Vinculada às transformações globais impulsionadas pela Agenda 2030 da ONU, demanda ações planejadas, alinhadas às políticas institucionais e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17). Este estudo avalia como as ações da Agência de Cooperação Internacional da UFPB (ACI/UFPB) contribuem para o cumprimento das metas do ODS 17, com foco na promoção de parcerias globais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, baseada na análise de relatórios de gestão, registros de mobilidade, acordos de cooperação e literatura especializada. A fundamentação teórica apoia-se em Knight (2003) e Morosini (2006), que abordam os desafios da internacionalização, e em Chauí (2001) e Marginson (2016), que destacam o papel social da universidade e as redes de cooperação. Os dados indicam que a ACI/UFPB desenvolve ações estruturadas de diplomacia acadêmica, com convênios, mobilidade e articulações com instituições da Europa e da África. Destacam-se metas como o fortalecimento das capacidades institucionais (17.9) e o estímulo à cooperação científica (17.8), com iniciativas como os acordos com a Guiné-Bissau e os programas “PB sem Fronteiras” e PROMOBÍ. Conclui-se que a atuação da ACI/UFPB integra excelência acadêmica, equidade e responsabilidade social. Este artigo compõe um estudo comparado mais amplo sobre a internacionalização da educação superior no Brasil, Portugal e Colômbia.

Palavras-chave: Internacionalização. Ensino Superior. Cooperação Internacional. ODS 17.

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior tem se consolidado, nas últimas décadas, como uma estratégia relevante para o desenvolvimento acadêmico, científico e institucional das universidades. Esse processo promove a circulação de conhecimentos, a cooperação multilateral e a construção de redes internacionais de ensino, pesquisa e extensão. Por meio de políticas e práticas que transcendem fronteiras, as instituições de ensino superior (IES) ampliam seu campo de atuação, atraem talentos estrangeiros e fortalecem colaborações.

Tais colaborações contribuem diretamente para a qualificação dos quadros institucionais e a melhoria dos indicadores de desempenho. Quando adotada de forma estratégica, a internacionalização vai além da busca por visibilidade, assumindo um papel transformador na formação de sujeitos críticos, globalmente engajados e aptos a enfrentar desafios sob uma perspectiva multicultural e complexa.

Nesse contexto, a avaliação das políticas de internacionalização torna-se essencial para compreender a efetividade das ações implementadas, os impactos gerados e os desafios persistentes. Esse processo permite identificar avanços institucionais e reorientar práticas e decisões, conferindo maior organicidade e coerência à internacionalização. Como afirmam Knight e De Wit (2018, p. 3), “a internacionalização eficaz exige uma abordagem intencional, integrada e institucionalizada, e não apenas iniciativas isoladas ou simbólicas.”

Essa compreensão demanda o envolvimento de diferentes setores da universidade – da alta gestão aos docentes, discentes e técnicos –, para que as ações internacionais resultem em impactos duradouros e transformadores. Evitar o reducionismo da internacionalização a eventos pontuais ou a ações simbólicas é fundamental para promover um processo sistêmico de qualificação institucional e inserção proativa no cenário global do ensino superior.

No Brasil, destaca-se a atuação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tem estruturado uma política própria de internacionalização por meio da criação da Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI), institucionalizada pela Resolução CONSUNI nº 44/2018. A ACI/UFPB atua na formalização e gestão de convênios internacionais, no estímulo à mobilidade acadêmica e na recepção de pesquisadores e estudantes estrangeiros.

As ações da agência também abrangem o apoio a eventos com participação internacional e a inserção da universidade em redes de pesquisa e projetos multilaterais. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento de parcerias acadêmicas e científicas em nível global, consolidando o papel da UFPB como instituição comprometida com a cooperação internacional e o desenvolvimento sustentável.

Paralelamente a essas ações institucionais, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 como um plano de ação global. Os 17 objetivos e 169 metas orientam políticas públicas, estratégias institucionais e projetos intersetoriais, com foco na erradicação da pobreza, na justiça social e na proteção ambiental.

Segundo Fukuda-Parr (2016), os ODS propõem uma agenda abrangente e interdependente, centrada na equidade e na cooperação entre os povos. Desde a Carta das Nações Unidas de 1945, já se afirmava o compromisso de “promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” e de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, p. 3-4).

Dentre os 17 objetivos, destaca-se o ODS 17, voltado ao fortalecimento dos meios de implementação e à revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável. Esse objetivo representa o eixo estruturante dos demais, na medida em que depende da articulação entre governos, instituições e sociedade civil para sua efetiva concretização.

A análise da contribuição da ACI/UFPB para o alcance do ODS 17 exige uma avaliação criteriosa das estratégias adotadas, de seus desdobramentos práticos e dos mecanismos institucionais envolvidos. Devem-se considerar aspectos como a natureza dos acordos firmados, a reciprocidade nas mobilidades acadêmicas e o grau de articulação entre os setores institucionais.

Também é necessário investigar de que forma as ações da agência incentivam a inovação, o intercâmbio de saberes, a construção de soluções conjuntas e o fortalecimento da universidade como agente relevante para o desenvolvimento sustentável. Como defendem Chauí (2001) e Dibbern, Cristofolletti & Serafim (2018), a universidade pública deve comprometer-se com a democratização do conhecimento, articulando ensino, pesquisa e extensão em diálogo com a Educação em Direitos Humanos e o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

A abordagem da internacionalização sob a ótica dos ODS, especialmente do ODS 17, permite reconhecer avanços institucionais, identificar boas práticas e apontar gargalos operacionais e oportunidades de aprimoramento das políticas de cooperação. Evidenciar a atuação da UFPB no contexto da Agenda 2030 é, portanto, um exercício analítico e estratégico que reforça o compromisso com a solidariedade, a justiça social e a sustentabilidade.

Apesar de ser reconhecida como vetor de transformação, a internacionalização ainda carece de investigações sistemáticas sobre como suas práticas – sobretudo aquelas conduzidas por agências universitárias – se articulam aos compromissos globais. No caso da ACI/UFPB, permanece a necessidade de compreender em que medida suas iniciativas produzem efeitos concretos no contexto da Agenda 2030.

Diante disso, a questão norteadora que orienta esta investigação é: De que forma as ações de cooperação internacional promovidas pela ACI/UFPB contribuem para o fortalecimento de parcerias globais e para o cumprimento das metas do ODS 17, no contexto da internacionalização da educação superior?

Com base nessa problemática, este estudo tem como objetivo geral avaliar de que maneira as ações promovidas pela Agência de Cooperação Internacional da UFPB (ACI/UFPB), no âmbito da internacionalização da educação superior, contribuem para o cumprimento das metas do ODS 17, especialmente no que se refere ao fortalecimento de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.

Compreender as conexões entre internacionalização e desenvolvimento sustentável implica reconhecer o papel ativo das universidades na promoção de valores como equidade, responsabilidade social e justiça intergeracional. Nesse sentido, os compromissos assumidos com a Agenda 2030 demandam uma revisão constante das práticas institucionais, orientando-as para resultados efetivos e mensuráveis que impactem positivamente tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral.

A importância de estudos que articulem a atuação internacional das universidades com os ODS reside na possibilidade de sistematizar aprendizados, aprimorar mecanismos de gestão e fomentar políticas públicas mais integradas. Ao analisar a experiência da ACI/UFPB, este trabalho contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional pautada pela transparência,

pela cooperação e pelo compromisso com transformações sociais sustentáveis, reforçando o papel estratégico da educação superior no cenário global contemporâneo.

Por fim, ao abordar a internacionalização como um processo avaliável, este estudo busca oferecer subsídios teóricos e analíticos que contribuam para uma compreensão crítica das políticas de cooperação internacional no ensino superior brasileiro. A ênfase recai sobre a experiência da UFPB, cuja atuação pode servir como referência a outras instituições públicas que desejam alinhar suas estratégias aos compromissos globais da Agenda 2030.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste estudo apoia-se nos conceitos relacionados à internacionalização da educação superior e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17), voltado ao fortalecimento de parcerias globais. A internacionalização, enquanto processo complexo e multifacetado, tem sido objeto de aprofundamento teórico por diversos autores, entre os quais se destaca Knight (2003).

Para Knight (2003), a internacionalização consiste na integração intencional das dimensões internacionais, interculturais e globais ao propósito, às funções e à oferta das instituições de ensino superior. Essa integração vai além da mobilidade acadêmica, abrangendo políticas institucionais que envolvem o currículo, a pesquisa, a extensão e a governança universitária. Trata-se, portanto, de um processo sistêmico e estratégico.

No contexto latino-americano, especialmente no Brasil, Morosini (2006) amplia o debate ao destacar os desafios estruturais, culturais e políticos enfrentados pelas universidades públicas no desenvolvimento de estratégias de internacionalização. A autora defende a construção de abordagens contextualizadas, que superem modelos importados e promovam cooperação solidária, intercâmbio de saberes e inserção crítica no cenário global.

Nessa perspectiva, a internacionalização é compreendida como meio de promover justiça social, equidade no acesso ao conhecimento e desenvolvimento institucional. A valorização de experiências locais, o respeito à diversidade e a busca por parcerias horizontais são elementos centrais na construção de uma internacionalização transformadora, ética e socialmente comprometida.

No que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a base teórica mobiliza documentos oficiais da ONU (2015) que estruturam a Agenda 2030, além de estudos recentes sobre o papel das instituições de ensino superior no alcance das metas globais. O ODS 17, em particular, incentiva o engajamento de múltiplos atores, incluindo universidades, na construção de parcerias eficazes, transparentes e mutuamente benéficas.

As universidades são reconhecidas como agentes estratégicos na produção de conhecimento, na formação de recursos humanos qualificados e na promoção de soluções inovadoras para desafios globais. Seu envolvimento com a Agenda 2030 é fundamental para o êxito das metas propostas, sobretudo aquelas ligadas à cooperação internacional, à sustentabilidade e à redução das desigualdades.

Com base nessa articulação entre os referenciais sobre internacionalização e os princípios da Agenda 2030, constrói-se a base teórica que orienta a análise das ações da ACI/UFPB. O objetivo é compreender em que medida a atuação institucional se alinha a esses marcos conceituais e contribui para o fortalecimento de parcerias internacionais sustentáveis, transformadoras e socialmente relevantes.

2.1 Internacionalização da Educação Superior

A internacionalização da educação superior, na contemporaneidade, é concebida como um processo dinâmico, que integra políticas institucionais, práticas acadêmicas e estratégias de cooperação voltadas à inserção das universidades no cenário global do conhecimento. Para Knight (2003), trata-se de uma integração sistemática das dimensões internacionais, interculturais e globais aos objetivos, funções e oferta de ensino das instituições de ensino superior (IES).

Essa perspectiva ultrapassa a ideia de ações pontuais, propondo um movimento estruturante que perpassa currículos, programas de pesquisa, gestão acadêmica e formação de competências globais nos diferentes segmentos da universidade. A internacionalização, nesse sentido, deve ser entendida como parte da identidade institucional e como um elemento transversal às suas funções essenciais.

No caso brasileiro, esse processo ocorre em um cenário marcado por assimetrias institucionais e limitações estruturais. Como observa Morosini (2006), a internacionalização no Brasil tende a ser seletiva, fragmentada e, muitas vezes, desarticulada de um projeto institucional coeso, o que compromete sua efetividade. A autora ressalta que a ausência de diretrizes nacionais mais consistentes, aliada à dependência de financiamento público, constitui um entrave à consolidação de estratégias equitativas e sustentáveis.

Diante desse panorama, torna-se urgente a construção de políticas institucionais sólidas, comprometidas com a inclusão e com a cooperação acadêmica em bases sustentáveis. Essa construção deve considerar as especificidades do contexto local, a valorização da diversidade e o fortalecimento de alianças horizontais, pautadas na solidariedade e na produção colaborativa de saberes.

Ao se institucionalizar, a internacionalização não deve ser encarada como um fim em si mesma, mas como um meio para ampliar a qualidade e a relevância social da educação superior. Isso exige das IES a incorporação da chamada "internacionalização em casa", voltada à transformação interna das práticas pedagógicas, à formação intercultural dos estudantes e à produção de conhecimento compartilhado.

Como destaca Knight (2003), o desafio consiste em tornar a internacionalização parte intrínseca da cultura institucional, com objetivos claros e estratégias alinhadas às demandas globais e às realidades locais. A simples mobilidade física, embora importante, não deve ser o único indicador de sucesso de uma política de internacionalização.

Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer que a internacionalização também desempenha uma função social e política, ao contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais, como o enfrentamento de desigualdades históricas e a construção de redes de conhecimento baseadas na solidariedade acadêmica. Isso pressupõe o compromisso com valores como equidade, diversidade cultural e sustentabilidade.

Por essa razão, compreender a internacionalização como processo avaliável e estratégico implica ir além de indicadores quantitativos de mobilidade ou convênios. É necessário analisar criticamente sua inserção nos projetos institucionais, sua contribuição para o cumprimento da missão social das universidades e sua articulação com os grandes desafios contemporâneos, como os propostos na Agenda 2030 da ONU.

Nesse sentido, a análise crítica das experiências de internacionalização em instituições públicas brasileiras, como a UFPB, representa uma oportunidade de compreender os avanços,

os entraves e as possibilidades de aprimoramento das políticas existentes. Ao adotar uma abordagem fundamentada em referenciais teóricos consolidados e em diretrizes internacionais, este estudo busca contribuir para a construção de um modelo de cooperação universitária que seja, ao mesmo tempo, eficaz, ético e comprometido com o desenvolvimento sustentável em escala global.

2.2 Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em dezembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, documento que se configura como um guia estratégico para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental entre os 193 países signatários (Silva, 2018). A Agenda inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acompanhados de metas específicas, visando à superação de necessidades sociais, econômicas e ambientais urgentes.

A criação dessa Agenda foi motivada pela complexidade e interconexão dos desafios contemporâneos enfrentados por diversas nações, exigindo uma reestruturação nos modos de vida e no uso dos recursos ambientais. Essa necessidade reforça a ideia de que, para alcançar uma vida com qualidade, é essencial garantir o direito a um meio ambiente equilibrado. Como afirma Costa (2013, p. 101), “consequentemente, o meio ambiente sadio e o direito a paz são extensões do direito à vida.”

A Agenda 2030 propõe, de maneira integrada, a erradicação da pobreza em todas as suas formas, a promoção de uma prosperidade equitativa e a gestão sustentável dos recursos naturais. Sachs (2015) ressalta que alcançar os ODS requer a superação de políticas públicas fragmentadas e a formulação de estratégias articuladas.

Essa perspectiva exige uma mudança de paradigma na governança global, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento humano e preservação do planeta. Assim, os ODS não apenas estabelecem metas quantitativas, mas também representam compromissos éticos e políticos com a dignidade humana, a equidade e a sustentabilidade. As universidades, nesse contexto, têm papel fundamental como agentes de transformação social e ambiental.

A seguir, o Quadro 1 apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas finalidades, conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas, com base em Sachs (2015).

Quadro 1 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Finalidade Principal
1. Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de Qualidade	Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água Potável e Saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

7. Energia Limpa e Acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução de Desigualdades	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Vida na Água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos.
15. Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça e construir instituições eficazes e responsáveis.
17. Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2015)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compreendem um conjunto de metas inter-relacionadas que abordam temas cruciais para o progresso global. Entre os eixos temáticos prioritários, este estudo destaca especificamente o ODS 17, que, no âmbito da internacionalização e da qualificação de indivíduos, se revela fundamental. Esse objetivo promove a construção de redes colaborativas entre países, instituições e setores diversos, estimulando a circulação de conhecimento, o intercâmbio acadêmico e o desenvolvimento de capacidades técnicas e científicas.

De acordo com Leal Filho *et al.* (2018), as parcerias internacionais são estratégicas para a formação de capital humano qualificado e para o avanço de soluções sustentáveis compartilhadas. Isso se torna especialmente importante em contextos que exigem inovação, educação de qualidade e integração efetiva entre ciência e política. Nessa perspectiva, o ODS 17 consolida-se como um elemento-chave para a promoção de uma internacionalização orientada pela solidariedade, pela equidade e pelo desenvolvimento conjunto.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e descritiva. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os sentidos e as orientações presentes nas ações institucionais voltadas à internacionalização. A metodologia qualitativa permite explorar tanto os conteúdos explícitos quanto as estratégias implícitas de articulação com agendas internacionais, sobretudo aquelas relacionadas à

promoção de parcerias institucionais no campo da educação superior, conforme destacam Sá e Serpa (2020).

O material de análise é composto por documentos institucionais da Assessoria para Assuntos Internacionais (ACI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tais como relatórios de gestão, registros de mobilidade acadêmica e acordos de cooperação. Esses documentos foram selecionados com base em sua relevância temática e temporal, priorizando-se aqueles produzidos a partir da implementação da Agenda 2030. A sistematização desse corpus permite identificar tendências, prioridades e estratégias institucionais de cooperação para o desenvolvimento.

A técnica de análise de conteúdo mostrou-se adequada para examinar os dados coletados, possibilitando a identificação de categorias e padrões recorrentes nos documentos. Esse método permite estruturar e interpretar as ações institucionais à luz dos objetivos da cooperação internacional, com especial atenção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17). A análise parte de categorias pré-estabelecidas, mas também contempla a emergência de novas categorias ao longo do processo, conforme o dinamismo empírico defendido por Bardin (2011).

Além dos documentos institucionais, foram utilizadas fontes secundárias, como artigos científicos e publicações especializadas que tratam da internacionalização do ensino superior e da Agenda 2030. Essas referências complementares contribuíram para o aprofundamento teórico da pesquisa e para a construção de uma análise mais sólida. A articulação entre fontes primárias e secundárias favoreceu uma compreensão ampliada e crítica das práticas institucionais, situando-as no contexto ibero-americano e nos debates contemporâneos sobre educação e cooperação internacional.

4 RESULTADOS

A Agência de Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (ACI/UFPB), instituída pela Resolução CONSUNI nº 44/2018, atua como órgão estratégico responsável pela implementação da política institucional de internacionalização da universidade. Sua missão abrange a promoção da cooperação acadêmica, científica e cultural com instituições estrangeiras, buscando inserir a UFPB em redes globais de ensino e pesquisa. Além disso, fomenta uma cultura de convivência intercultural, inclusão e formação cidadã, alinhada aos princípios da solidariedade e da paz.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) – Parcerias e Meios de Implementação – visa fortalecer a cooperação entre países, instituições e setores diversos, promovendo alianças estratégicas para alcançar os demais objetivos da Agenda 2030. A atuação da ACI/UFPB está diretamente conectada a esse propósito, ao fomentar a internacionalização por meio de redes acadêmicas, convênios, programas de mobilidade e parcerias científicas. Ao ampliar as conexões com instituições estrangeiras, a agência contribui para a realização do ODS por meio da diplomacia acadêmica e do intercâmbio de conhecimento.

Entre as ações de destaque promovidas pela ACI/UFPB, destaca-se o programa "PB sem Fronteiras", desenvolvido em parceria com o Estado da Paraíba. Ele oferece bolsas de estudos para discentes da graduação e da pós-graduação em instituições estrangeiras, com ênfase em acordos com a Mondragon Unibertsitatea, na Espanha. O programa PROMOBI também se evidencia, ao permitir intercâmbios de um ou dois semestres com validação de créditos

acadêmicos. A ACI ainda realiza editais regulares de mobilidade, promove ações formativas e divulga experiências por meio de canais, como o podcast "aciPOD".

A atuação da agência inclui, ainda, a celebração de convênios e acordos de cooperação internacional. Somente em 2019, foram firmadas cerca de 30 parcerias com instituições estrangeiras (ACI/UFPB, 2020). Em 2024, a ACI ampliou sua presença internacional ao estabelecer acordos com universidades da Guiné-Bissau, como a Universidade Amílcar Cabral e a Universidade Jean Piaget. Esses acordos preveem cooperação acadêmica, intercâmbio de docentes e discentes e transferência tecnológica, além de possibilitar estágios técnicos via parceria com a IAESTE-Brazil (ACI/UFPB, 2021; 2024).

Essas iniciativas alinham-se diretamente ao ODS 17, que ressalta a importância do fortalecimento de parcerias multilaterais para o desenvolvimento sustentável. A atuação da ACI/UFPB contribui para esse objetivo ao promover mobilidade acadêmica, circulação de saberes e redes institucionais transnacionais. Com isso, favorece o compartilhamento de experiências entre diferentes contextos geográficos e culturais, além de fortalecer as capacidades locais de inovação e qualificação.

A avaliação preliminar das ações da ACI/UFPB, ainda em fase de investigação, revela indícios consistentes de contribuição para o avanço de metas 17.8 e 17.9 do ODS 17, voltadas à cooperação científica e ao fortalecimento institucional em países em desenvolvimento. Iniciativas como os acordos com instituições africanas apontam para uma atuação que envolve intercâmbio acadêmico, transferência de tecnologia, formação qualificada de recursos humanos e estímulo ao desenvolvimento regional sustentável.

Tais ações configuram expressões concretas de uma diplomacia acadêmica comprometida com a solidariedade internacional e com a promoção de uma ordem global mais equitativa. Nesse contexto, observa-se que a atuação da ACI/UFPB vai além da internacionalização voltada à excelência acadêmica, articulando-se de forma propositiva aos princípios da Agenda 2030. Assim, reafirma-se o papel das universidades públicas como agentes estratégicos no enfrentamento dos desafios globais contemporâneos.

5 CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo evidenciam que as ações da Agência de Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba (ACI/UFPB) têm contribuído de forma relevante para o cumprimento de metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17). Destacam-se, especialmente, os avanços na cooperação científica internacional (meta 17.8) e no fortalecimento das capacidades institucionais em países em desenvolvimento (meta 17.9). A análise dos programas de mobilidade, dos acordos com instituições africanas e europeias e da promoção de intercâmbios acadêmicos revela uma atuação estratégica ancorada em valores como solidariedade, inovação e compromisso com a Agenda 2030.

Verifica-se que a atuação da ACI/UFPB está alinhada à concepção de internacionalização como um processo integrado e institucionalizado, conforme propõe Knight (2003), superando abordagens fragmentadas criticadas por Morosini (2006). Ao adotar uma política articulada e contínua, a ACI/UFPB reafirma o papel das universidades públicas na construção de uma diplomacia acadêmica voltada não apenas à excelência científica, mas também ao enfrentamento das desigualdades globais. Essa perspectiva está em consonância com os marcos teóricos de Frigotto (2017) e com os princípios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

O objetivo geral da pesquisa – avaliar de que maneira as ações promovidas pela Agência de Cooperação Internacional da UFPB (ACI/UFPB), no âmbito da internacionalização da educação superior, contribuem para o cumprimento das metas do ODS 17, especialmente no que se refere ao fortalecimento de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável – foi alcançado com êxito. A articulação entre análise documental e referencial teórico demonstrou que a atuação da agência se baseia em uma política institucional consistente, com impactos concretos na construção de redes colaborativas, intercâmbio de saberes e fortalecimento das capacidades institucionais da UFPB.

Cabe ressaltar que esta investigação compõe um projeto mais amplo, ainda em andamento, que analisa a internacionalização da educação superior em perspectiva comparada entre Brasil, Portugal e Colômbia. Assim, o presente estudo representa um recorte focado no contexto brasileiro, com ênfase na UFPB e nas ações conduzidas por sua agência de cooperação internacional, sem pretensão de esgotar o tema.

Espera-se que os achados aqui sistematizados contribuam para o aprimoramento das estratégias institucionais de internacionalização e sirvam de subsídio para a formulação de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030. Ao reconhecer a internacionalização como prática estratégica e avaliável, este estudo reafirma o papel das universidades públicas brasileiras como agentes fundamentais na promoção de um desenvolvimento educacional global mais equitativo, ético e sustentável.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA UFPB DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ACI/UFPB). **Quem somos**.

João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, publicado em 25 nov. 2019; última modificação em 20 mar. 2025. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/aci/contents/menu/institucional/sobre-a-aci-ufpb>. Acesso em: 25 jun. 2025.

AGÊNCIA UFPB DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ACI/UFPB). ACI-UFPB firma cerca de 30 acordos internacionais em 2019. **Notícias**, João Pessoa, publicado em 13 jan. 2020; última modificação em 14 jan. 2020. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/aci/contents/noticias/aci-ufpb-firma-cerca-de-30-acordos-internacionais-em-2019>. Acesso em: 25 jun. 2025.

AGÊNCIA UFPB DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ACI/UFPB). UFPB discute parceria para estágios internacionais com a IAESTE-Brazil. **Notícias**, João Pessoa, publicado em 26 nov. 2021; última modificação em 26 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/aci/contents/noticias/ufpb-discute-parceira-para-estagios-internacionais-com-a-iaeste-brazil>. Acesso em: 25 jun. 2025.

AGÊNCIA UFPB DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ACI/UFPB). UFPB assina acordo de cooperação com a Universidade Amílcar Cabral, da Guiné-Bissau. **Notícias**, João Pessoa, publicado em 10 jun. 2024; última modificação em 10 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ufpb-assina-acordo-de-cooperacao-com-universidade-da-guine-bissau>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 18, p. 5–15, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj>. Acesso em: 24 jul. 2025.

COSTA, B. **Meio ambiente como direito à vida**: Brasil, Portugal e Espanha. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

DIBBERN, Thais A.; CRISTOFOLETTI, Evandro C.; SERAFIM, Milena P. Educação em Direitos Humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e176658, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VPfPJq8H5MxHRw4wfx3MGLx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, [s. l.], v. 24, p. 43-52, 2016.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internacionalização do Ensino Superior: Passado e Futuro. **International Higher Education**, [S. l.], n. 95, p. 2–4, 2018. DOI: 10.6017/ihe.2018.95.10715. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/10715>. Acesso em: 24 jul. 2025.

KNIGHT, Jane. Definição atualizada de internacionalização. **International Higher Education**, [S. l.], n. 33, 2003. DOI: 10.6017/ihe.2003.33.7391. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/7391>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARGINSON, Simon. **The global rise of higher education**. **International Higher Education**, [s.l.], n. 84, p. 6–8, 2016. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/issue/view/892>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior: uma abordagem teórica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 44, p. 13–30, 2006.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução para o português pelo Centro de Informação das Nações Unidas – UNIC Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

NEVES, C.; BARBOSA, M. Internationalization of higher education in Brazil: advances, obstacles, and challenges. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 144–175, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. São Francisco: ONU, 1945.



SÁ, M.; SERPA, S. A internacionalização da Educação Superior: como o tema é tratado pelo campo da Educação? **Pro-Posições**, v. 33, p. 1–36, 2020.

SACHS, J. **The Age of Sustainable Development**. New York: Columbia University Press, 2015.

SILVA, E. R. A. da. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação. In: NEGRI, J. A. de; ARAÚJO, B. C.; BRACELETTE, R. (org.). **Desafios da Nação: artigos de apoio**. Brasília: Ipea, 2018. v. 2, cap. 35, p. 659-678.